



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

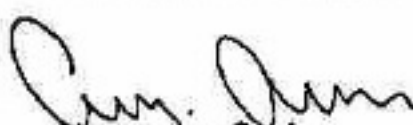
Redação Final ao Projeto de Lei nº 116/12

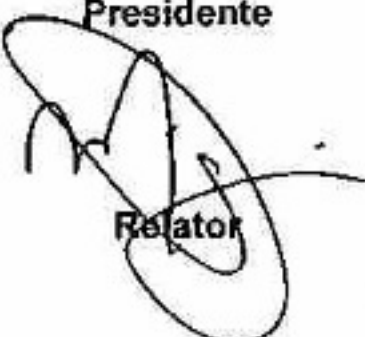
Declara de Utilidade Pública a Organização Cultural Social e Ambiental Água Doce, com sede e foro no Município de Curitiba.

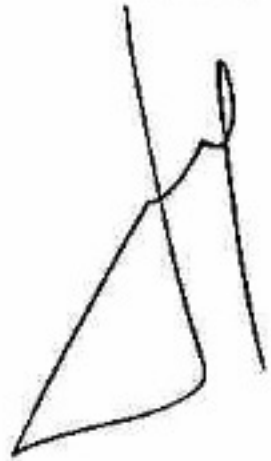
Art. 1º Fica declarada Utilidade Pública a Organização Cultural Social e Ambiental Água Doce, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

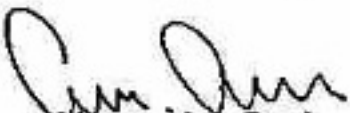
Redação Final ao Projeto de Lei nº 171/12

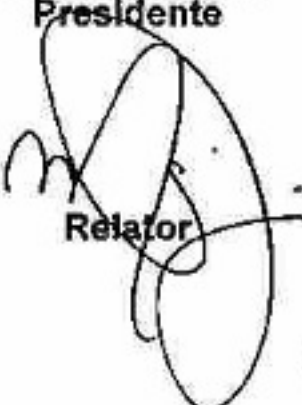
Declara de Utilidade Pública o Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort - IAF, com sede no Município de Turvo e foro no Município de Guarapuava.


Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort - IAF, com sede no Município de Turvo e foro no Município de Guarapuava.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

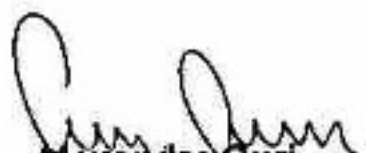
Redação Final ao Projeto de Lei nº 178/12


Concede o Título de Cidadão
Honorário do Estado do Paraná ao
Senhor Ervelino Coletti.


Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Senhor Ervelino Coletti.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 01/8

PROJETO DE LEI Nº 835/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2011

1º Secretário

Ementa: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos

RESOLVE:

Art. 1º - Os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado do Paraná deverão realizar inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do local do evento, assim como nos respectivos ingressos, mensagens educativas sobre o malefício das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Art. 2º - Nos Ingressos as mensagens deverão ser impressas. Durante os eventos, deverão constar em painéis, ou, alternativamente, faixas, cartazes, meios áudio-visuais.

Art. 3º - A inobservância desta Lei sujeitará os infratores à multa de 100 UPFs Paraná

Art. 4º - Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias dos atos a que se refere o artigo 2º e incisos desta lei.

Art. 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir sua fiel execução.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2011.


Evandro Junior
Deputado Estadual

14:55 24/10/2011 835/11 11:35:00 11:35:00 11:35:00



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem foco na Juventude.

Os shows culturais e esportivos voltados para a população infanto juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso, tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, pois é um problema que há muito assola nossos jovens. O Artigo 205 da Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a "colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa". Portanto, estabelecer a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infanto juvenil neste Projeto de Lei é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

De outro lado, de nada adianta fixar esta obrigação em lei se nada se fará em caso de inobservância, razão pela qual este Projeto estabelece uma penalidade em caso de descumprimento da Lei. É até desmoralizante para o Parlamento aprovar uma lei sem efeitos práticos, permanecendo apenas no discurso das boas intenções.

Submeto, pois, a matéria à consideração dos meus nobres pares na confiança de que estaremos avançando mais um passo na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art.

227, colocando-os "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", e, no caso presente, das drogas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011

Projeto de Lei nº 835/2011

Autor: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece Mensagens Educativas sobre o uso de Drogas em Shows Culturais e Esportivo voltados para o público Infanto-Juvenil e respectivos Ingressos.

EMENTA: ESTABELECE MENSAGENS EDUCATIVAS SOBRE O USO DE DROGAS EM SHOWS CULTURAIS E ESPORTIVO VOLTADOS PARA O PUBLICO INFANTO-JUVENIL E RESPECTIVOS INGRESSOS. IMPOSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Evandro Junior estabelece que mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivo voltados para o publico infanto-juvenil e respectivos ingressos onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer dos espetáculos sobre o assunto.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da educação, sendo vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

(grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON LUSTUS

Presidente

DEPUTADO CESAR SILVESTRI-FILHO

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

SÚMULA: *Estabelece mensagens educativas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.*

I – SÍNTESE

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Evandro Júnior, com o fim de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do evento.

A Comissão de Constituição e Justiça, segundo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Cezar Silvestri Filho, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise

[Handwritten signatures]

de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção mensagens educativas para a população jovem, com alertas acerca dos malefícios que as drogas podem acarretar.

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Vale destacar que essa proposta soma esforços à Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado Professor Lemos, que estabelece que o Estado deverá conferir maior atenção aos Jovens, estrato de nossa população que, atualmente, encontra-se desassistida.

Não é novidade alguma que as drogas são um problema gravíssimo em nossa sociedade. Recentemente, o Governo Federal lançou um plano específico de combate ao crack, em virtude dos índices epidemiológicos que esta droga tem afetado nossos cidadãos, sobretudo os jovens, estrato social mais vulnerável.

Na esteira desses argumentos, reforçar as ações educativas de combate às drogas justamente nas camadas mais vulneráveis é algo de extrema importância, merecendo aprovação.

Portanto, para além de adequado constitucionalmente, o presente projeto colabora na atenção de nossos jovens, futuro de nosso Estado e País.

2

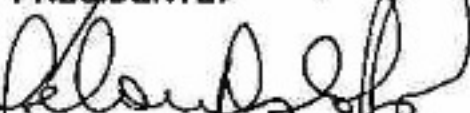


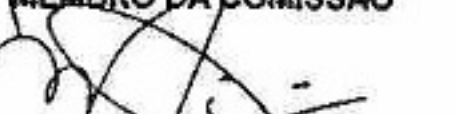
III - CONCLUSÃO

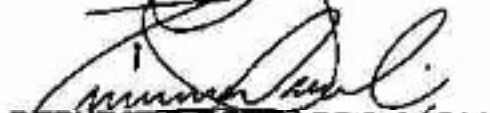
Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.


Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.

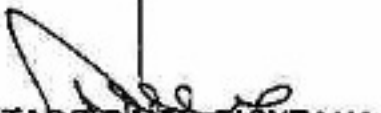

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
PRESIDENTE

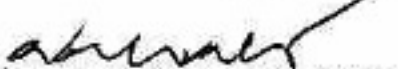

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 835/2011

O Projeto de Lei n.º 835/2011, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior tem o intuito de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos com mensagens educativas sobre o uso de drogas.

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Cultura, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno Desta.

ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão visa utilizar os eventos onde há presença maciça do público jovem para divulgação de mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso de psicotrópicos.

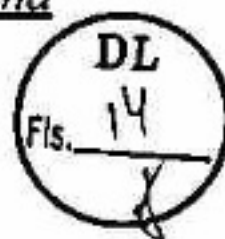
É responsabilidade de toda sociedade lutar contra o uso de drogas, uma vez que é um problema que está destruindo muitas famílias paranaenses e que tem se tornado cada vez mais urgentes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de março de 2012.

Deputado Ney Leprevost

Presidente

Deputado Ney Leprevost

Relator

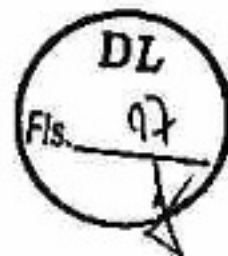

Supran


P. P. P. P.


R. P. P. P.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

SÚMULA :Projeto de Lei nº835/2011

Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

PREÂMBULO

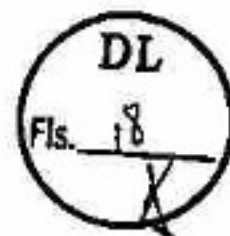
O presente projeto de lei tem como finalidade estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos, voltado para público infanto-juvenil e onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer do evento.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente convém ressaltar que a iniciativa proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça, e a Comissão de Cultura, que após as suas análises constitucionais e regimentais exararão parecer favorável à matéria em questão.

No que compete à vistoria desta Comissão de Saúde, observamos que a matéria encontra-se justificada, a sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, e este projeto torna-se mais um instrumento de divulgação contra o uso e o tráfico de drogas ilícitas.

Como enfatiza o projeto, segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em conseqüências do abuso destas substancias.



CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

0

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2011

DEPUTADO DR BATISTA
PRESIDENTE

DEPUTADO NELSON LUERSEN
RELATOR

0



PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011

Projeto de Lei nº.: 835/2011

Autores: Deputados Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: ANÁLISE DE MÉRITO POR PARTE DA COMISSÃO DA JUVENTUDE. PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, CULTURA, ESPORTES E SAÚDE PÚBLICA. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, apresentado pelo Deputado Evandro Junior visa estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Juventude, em consonância ao disposto no artigo 33-Y do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito do projeto apresentado e aqui analisado. Vejamos:

Art. 33-Y. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:
I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para a juventude;
II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados à juventude; e
III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

DO MÉRITO

É sabido que o consumo de drogas por crianças e jovens brasileiros em geral tem aumentado substancialmente nos últimos anos, apesar dos inúmeros esforços do Poder Público em geral.



A justificativa do presente traz a informação estamecedora que a Organização das Nações Unidas – ONU divulgou: anualmente cerca de 210 mil pessoas fazem uso de alguma droga ilícita anualmente, levando a óbito 200 mil em decorrência do consumo excessivo dessas mesmas drogas.

Ora, é necessário e urgente que o Poder Público se esforce cada vez mais para, senão cessar, que ao menos diminua o índice de jovens entregues às drogas.


Com base em dados tão alarmantes como os apresentados acima, todos os esforços por parte do Poder Público deverão ser elaborados, objetivando que mais jovens não se tomem reféns das drogas e traficantes consequentemente.

Portanto, por ser meritório e de imensurável relevância social, opina-se pela aprovação do presente projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei

Sala das Comissões, 18 de Junho de 2012


EVANDRO JUNIOR
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
P

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em. 13 MAR 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI nº 094/12

Súmula: Declara de Utilidade Pública o
"Instituto Prosdócimo Guerra -
IPG", com sede e foro no
município de Pato Branco.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Prosdócimo Guerra - IPG, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2012.

Bernardo Ribas Carli
BERNARDO RIBAS CARLI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O Instituto Prosdócimo Guerra - IPG, foi fundado em 08 de novembro de 2010, é uma entidade sem fins lucrativos e políticos.

O Instituto tem por objetivo e finalidade, de acordo com o seu estatuto, desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, podendo promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando ao incentivo à formação artística e cultural, à educação profissional, especial e ambiental, à promoção da assistência social às minorias e excluídos.

Sendo o que se apresenta, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

15112 13/03/2012 08:13:51 MP ASSINADA 11/03/2012 00:15:54



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 094/2012

Projeto de Lei nº. 094/2012

Autor: Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Prosdócimo Guerra - IPG, com sede e foro no Município de Pato Branco.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Instituto Prosdócimo Guerra, com sede e foro no Município de Pato Branco.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



o) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, meio ambiente, cultura, esporte e assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
70
Fis. 0

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DULCIO GENARI
RELATOR



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º 419/2012


Súmula: Concede aumento na tabela de vencimento da Carreira do Magistério do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior, conforme específica.

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº 16.814, de 19 de maio de 2011, terá aumento de 31,73% (trinta e um vírgula setenta e três por cento) no vencimento inicial da carreira, com os consequentes reflexos nos intervalos, interclasses e proporcionalidade de carga horária.

Parágrafo único. O aumento a que se refere o caput se dará em 4 (quatro) parcelas anuais de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento), vigentes a partir do dia primeiro de outubro dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, sem prejuízo da revisão geral anual que vier a ser concedida.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de agosto de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH
RH INFORMAÇÃO



152

Informação nº 182/2012-RHINFO

Protocolo nº.: 11.112.190-7

Interessado: SETI

Assunto: Adequação da Tabela Salarial da Carreira de Docentes - IEES

O presente protocolado trata da proposta que concede aumento de 31,73% (trinta e um vírgula setenta e três por cento), em 4 (quatro) parcelas anuais de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento), na tabela de vencimento da Carreira de Docentes do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior, de acordo com o Anexo Único da Lei nº. 15.944, alterado pela Lei nº. 16.814, de 19 de maio de 2011 e com custos conforme a "Planilha de Cálculo de Equiparação Docentes X Agentes Universitários" às fls. nº 145, abaixo discriminados:

ANO	VENCIMENTO INICIAL+ 7,14%	IMPACTO MENSAL
2012	3.003,85	2.959.231,38
2013	3.218,33	3.202.662,80
2014	3.448,12	3.431.352,80
2015	3.694,31	3.676.329,75

O custo gerado pela presente proposta encontra-se registrado no Acompanhamento de Despesa com Pessoal, elaborado pelo RH Informação, para o exercício de 2012 a 2015.

Segue anexo a projeção efetiva da folha de pagamentos da SETI para o ano de 2012 a 2015, considerando o impacto gerado pela presente proposta.

Sugerimos que o presente seja encaminhado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/COP e à Secretaria de Estado da Fazenda para aprovação orçamentária e financeira e posteriormente à Casa Civil.

É a Informação.

Curitiba, 11 de abril de 2012.

Neuza Maria Wilcek,
Técnico Administrativo

De Acordo,
Ao DRH/SEAP

Mônica Barcellos de Souza
Gerente RH-Informação.

De Acordo,
Ao GAB/SEAP.

Solange Busnardo Mattiello
Diretora – DRH/SEAP

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DIRH
RH INFORMAÇÃO



Anexo a Informação nº 182/2012-RHINF
Protocolado nº 11.112.190-7
SEI

PROJEÇÃO DE FOLHA	PROJETADO 2012											
	REALIZADO											
	Jun12	Jul12	Ago12	Sep12	Out12	Nov12	Dez12	Jan13	Fev13	Mar13	Abr13	Mai13
Projeção Mensal	80.211.780	87.430.915	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838
Impacto da Demissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cresc. Vegetativo 2% a.a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão Anual 5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Total	80.211.780	87.430.915	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838	81.880.838

PROJEÇÃO DE FOLHA	PROJETADO 2013											
	Jun12	Jul12	Ago12	Sep12	Out12	Nov12	Dez12	Jan13	Fev13	Mar13	Abr13	Mai13
Projeção Mensal	80.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732
Impacto da Demissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cresc. Vegetativo 2% a.a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão Anual 5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Total	80.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732	89.240.732



**SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH
RH INFORMAÇÃO**



PROJEÇÃO DE FOLHA	PROJEÇÃO 2014												TOTAL
	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Sep/12	Out/12	Nov/12	Dez/12	13º SAL
Projeção Mensal	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	1.063.063,427
Imposto de Renda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cresc. Vegetativo 2% a.a	-	-	-	102.040	102.040	102.040	102.040	102.040	102.040	102.040	102.040	102.040	1.034.943
Revisão Anual 5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Total	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	97.227,341	1.218.043,379

PROJEÇÃO DE FOLHA	PROJEÇÃO 2015												TOTAL
	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Sep/12	Out/12	Nov/12	Dez/12	13º SAL
Projeção Mensal	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	1.378.290,874
Imposto de Renda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cresc. Vegetativo 2% a.a	-	-	-	176.446	176.446	176.446	176.446	176.446	176.446	176.446	176.446	176.446	1.779.843
Revisão Anual 5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Total	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	105.867,760	1.435.479,299

Considerações: O custo foi baseado na folha de pagamento de UEL, UEM, UFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, UNP e UNESPAR (UE e FAMP).
Para o cálculo projetado foi utilizado o valor total das folhas de pagamento das Universidades (Agentes Universitários, Professores de Ensino Superior e encargos).

Fontes: Mensal, Relatório DCEP de FORTS e RGS
Valor considerado: Valor a Empenhar em INSS e FGTS

Campos em destaque: Folha Resgatada

Folha Projetada: Considerado acréscimo de 2% na referência ao crescimento vegetativo e 5% do modo anual a partir de maio/2012

O imposto mensal foi considerado a partir de maio de julho/2012 em razão do prazo mínimo necessário para a fórmula normal do processo até a sua efetiva implantação em folha.



SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
PROPOSTA "10": Equiparação em 4 anos com índices de 7,14%

PLANILHA DE CÁLCULO EQUIPARAÇÃO DOCENTES x AGENTES UNIVERSITÁRIOS

Orçamento Folha Governo 2012	R\$ 13.632.365.530,00
Orçamento Folha Seti 2012	R\$ 914.215.690,00
Orçamento Folha Governo 2012 + Projeção PPA (8,5%)	R\$ 14.791.116.600,05
Orçamento Folha Seti 2012 + Projeção PPA (8,5%)	R\$ 991.924.023,65
Orçamento Folha Governo 2013 + Projeção PPA (8,5%)	R\$ 16.048.361.511,05
Orçamento Folha Seti 2013 + Projeção PPA (8,5%)	R\$ 1.076.237.565,66
Orçamento Folha Governo 2014 + Projeção PPA (8,5%)	R\$ 17.412.472.239,49
Orçamento Folha Seti 2014 + Projeção PPA (8,5%)	R\$ 1.167.717.758,74

		<i>Provento inicial</i>
Base - Folha de Fevereiro com tide	R\$ 41.865.985,73	R\$ 2.803,67

2012

Provento inicial + 7,14%

Fevereiro 2012 com TIDE + 7,14%	R\$ 44.855.217,11	R\$ 3.003,85
Impacto mensal	R\$ 2.989.231,38	
Impacto anual (C12*3,3333) Out/Dez	R\$ 9.964.004,96	
% do impacto anual sobre Folha Governo	0,07%	
% do impacto anual sobre Folha SETI	1,09%	

2013

Folha Dezembro 2012	R\$ 44.855.217,11
Impacto mensal	R\$ 2.989.231,38
Impacto anual (C19*9,9999) Jan/Set	R\$ 29.892.014,89

2012 + 7,14%

Folha 2013 com TIDE + 7,14%	R\$ 48.057.879,61	R\$ 3.218,33
Impacto mensal	R\$ 3.202.662,50	
Impacto anual (C23*3,3333) Out/Dez	R\$ 10.675.434,92	
Valor acumulado	R\$ 50.531.454,77	
% do impacto anual sobre Folha Governo	0,34%	
% do impacto anual sobre Folha SETI	5,09%	

2014

Folha Dezembro 2013	R\$ 48.057.879,61
Impacto mensal	R\$ 3.202.662,50
Impacto anual (C37*9,9999) Jan/Set	R\$ 32.026.304,75

2013 + 7,14%

Folha 2014 com TIDE + 7,14%	R\$ 51.489.212,22	R\$ 3.448,12
Impacto mensal	R\$ 3.431.332,60	
Impacto anual (C41*3,3333) Out/Dez	R\$ 11.437.660,97	
Valor acumulado	R\$ 93.995.420,49	
% do impacto anual sobre Folha Governo	0,59%	
% do impacto anual sobre Folha SETI	8,73%	

2015

Folha Dezembro 2014	R\$	51.489.212,22
Impacto mensal	R\$	3.431.332,60
Impacto anual (C49*9,9999) Jan/Set	R\$	34.312.982,91

2014 + 7,14%

Folha 2015 com TIDE + 7,14%	R\$	55.165.541,97	R\$	3.694,31
Impacto mensal	R\$	3.676.329,75		
Impacto anual (C53*3,3333) Out/Dez	R\$	12.254.309,96		
Valor acumulado	R\$	140.562.713,36		
% do impacto anual sobre Folha Governo		0,81%		
% do impacto anual sobre Folha SETI		12,04%		

atgs/apex-SETI mar-2011

MENSAGEM
N.º 045 /2012

Curitiba, 15 de agosto de 2012



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 AGO. 2012

Manoel

1º Secretário

I – À DAP para lido no expediente

II – À DL para providências.

Em, 15/08/2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Anexo Único da Lei nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº 16.814, de 19 de maio de 2011, terá aumento de 31,73% (trinta e um vírgula setenta e três por cento) no vencimento inicial da carreira, com os consequentes reflexos nos intervalos, interclasses e proporcionalidade de carga horária.

As Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná – IEES/PR são a base de sustentação para alavancar o crescimento econômico e social do Estado pois contribuem significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e para a diminuição das desigualdades sociais. Sendo assim, constituem prioridade no plano de governo, sendo necessário, portanto, receberem apoio e investimentos para o constante aprimoramento e garantia de uma política de qualidade e excelência de manutenção e desenvolvimento do sistema de educação superior do estado.

O Estado do Paraná possui uma política salarial diferenciada, sendo um dos primeiros estados da Federação a definir por lei a correção salarial anual para todos os seus servidores. Anteriormente a 2010, a efetivação da reposição anual dependia de decisão pessoal do Governador.

Neste segundo ano da atual gestão, a reposição anual foi efetivada de imediato, na data base de 1º de maio, sem muito alarde e deseja-se que esta ação tenha sua continuidade, dentro de uma perspectiva que a educação seja considerada prioridade de governo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.112.190-7



No caso dos docentes das IEES/PR, apenas os índices de correção inflacionária aplicados, embora importantes, não foram suficientes para estabelecer um nível adequado de remuneração.

Um dos nossos maiores desafios é a readequação do quadro salarial dos docentes das IEES/PR aos níveis dos quadros das universidades federais, estando em média 13% (numa escala de 3,5 a 20%) superiores aos vencimentos das IEES, sendo que atualmente as IFES ainda reivindicam: a) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme de trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação; b) piso remuneratório de R\$ 2.194,76 (valor do salário mínimo do DIEESE em 1º de Janeiro de 2011) para docente graduado, em regime de trabalho de 20h; c) interstício de 5% entre os níveis da carreira; d) unificação em uma só linha no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho; e) paridade e integralidade para os aposentados e de outras unidades da federação. A defasagem alcançou níveis significativos e desestimulantes, o que provoca evasão de docentes do sistema estadual de ensino superior.

No contexto internacional, o Brasil avançou do 15º lugar para o 13º em produção científica. Tal resultado, embora significativo, poderia ter sido melhor se tivéssemos recebido mais investimentos na qualificação docente, com o qual o Paraná não tem se furtado a contribuir.

A evasão dos docentes prejudica sensivelmente o papel do Estado no cenário de desenvolvimento científico e tecnológico nacional, necessitando de ações que promovam a permanência do quadro atual. Acrescenta-se a isso o amadurecimento do corpo docente das IEES, com quantitativo de aposentadorias elevadas, o que exige reposição qualificada do corpo docente e condições salariais atraentes para esse fim.

Essa situação, se não for contida de imediato, prejudicará todo o sistema de ensino, pesquisa, extensão e cooperação técnico científica das universidades públicas paranaenses.

Neste momento, busca-se a adequação da carreira e da remuneração dos docentes das IEES/PR, com a apresentação de uma proposta que tem por objetivo atender as questões aqui colocadas, propiciando ajustes mais adequados às características atuais. Procura-se também reduzir as distorções existentes no que se refere ao equilíbrio interno e externo das tabelas de remuneração do Poder Executivo Estadual e em relação à remuneração praticada por outros sistemas públicos de ensino superior estadual e federal, como já dito.

Um fator desestimulador existente e criador de conflitos desde 2006 é a diferença gritante entre a remuneração inicial da carreira docente e a dos profissionais de nível superior do quadro geral do Estado e do quadro dos agentes universitários das IEES/PR.




Foi consensuado em Grupo de Trabalho que os percentuais de incentivos à titulação devam ser majorados, como forma de estimular objetivamente a continuidade da capacitação dos docentes, bem como atrair e manter um quadro qualificado de docentes nas IEES. Pelas características intrínsecas da Carreira Docente das IEES/PR, a busca por qualificação/titulação por meio da conclusão de cursos de mestrado e doutorado é a mais importante contribuição que os docentes oferecem à melhoria do nível de ensino, incremento da pesquisa/extensão e pós-graduação das IEES.

Destaque-se que o atendimento à reivindicação do aumento nos índices de titulação propiciaria ao Estado do Paraná uma posição de vanguarda no sentido de atrair e manter talentos geradores de conhecimentos científicos e tecnológicos, com potencialidades para agregar valores na economia do Estado.

Destaque-se ainda que investir na educação é bom não só para aumentar o capital cultural da sociedade e dos cidadãos, mas também para fazer a roda da economia girar.

A implementação total da proposta gerará um impacto de 1,33% na folha dos servidores públicos do Estado do Paraná, o que diante do desenvolvimento científico, tecnológico e de enfrentamento das desigualdades sociais representado pelas 07 universidades é por demais vantajoso, na relação do custo e respectivos benefícios.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 419/2012

Projeto de Lei nº. 419/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 045/2012

Súmula: Concede aumento na tabela de vencimento da Carreira do Magistério do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior, conforme especifica.

EMENTA: AUMENTO NA TABELA DO VENCIMENTO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo conceder aumento na tabela de vencimento da Carreira do Magistério do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da

REGIME DE URGÊNCIA

Handwritten signature and date:
21.08.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


APROVADO

Unanime 21.08.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

PARECER AO PROJETO DE LEI 419/12

De acordo com o que dispõe o art. 33-G, do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Educação vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 419/12, proveniente da Mensagem Governamental 045/12, a qual dispõe sobre a concessão de aumento na tabela de vencimentos da Carreira de Magistério do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

A presente proposta visa alterar os anexos da Lei 15.944/2008 que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das IEES, com reajuste de 31,73% no vencimento inicial da carreira com reflexos nos intervalos, interclasses e proporcionalidade na carga horária.


O Índice proposto é produto dos estudos do Grupo de Trabalho que veem nesse incremento salarial a continuidade da capacitação dos docentes além de ser forma de atrair e manter um quadro qualificado junto às IEES/PR

Sendo assim o projeto vem ao encontro dos anseios da categoria, dando suporte ao desenvolvimento da educação em nível superior no Estado e merece desta Comissão de Educação, o parecer **favorável** para dar prosseguimento ao seu trâmite nesta Casa.


Este é o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.


Deputado Estadual
Relator


Dea. EVANDRO PR.
PRESIDENTE


Dea. Roberto


Dea. Manoel

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Anteprojeto de Lei nº 419/2012

Assunto: Concede aumento na tabela de vencimento da Carreira do Magistério do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior, conforme especifica.

Autor: Carlos Alberto Richa
Governador do Paraná

Parecer

O Anteprojeto de Lei nº 419/2012, em referência, de autoria do Excelentíssimo Senhor CARLOS ALBERTO RICH, Governador do Estado, através de seu Art. 1º dispõe que "O Anexo Único da Lei nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº 16.814, de 19 de maio de 2011, terá aumento de 31,73% (trinta e um vírgula setenta e três por cento) no vencimento inicial da carreira, com os consequentes reflexos nos intervalos, interclasses e proporcionalidade de carga horária", e através do parágrafo único assevera que o aumento a que se refere o *caput* se dará em 4 (quatro) parcelas anuais de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento), vigentes a partir do dia primeiro de outubro dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, sem prejuízo da revisão geral anual que vier a ser concedida.

Ao analisar o referido anteprojeto de lei, fica claro que o Poder Executivo através do Governador pretende majorar a remuneração dos docentes e técnicos das IEES/PR, haja vista, que apenas os índices de correção inflacionária aplicados, embora importantes, não foram suficientes para estabelecer um nível adequado de remuneração.

Traz como justificativa que é um desafio do Poder Executivo "a readequação do quadro salarial dos docentes das IEES/PR aos níveis dos quadros das



universidades federais, estando em média 13% (numa escala de 3,5 a 20%) superiores aos vencimentos das IEES, sendo que atualmente as IFES ainda reivindicam: a) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme de trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação; b) piso remuneratório de R\$ 2.194,76 (valor do salário mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2011) para docente graduado, em regime de trabalho de 20h; c) interstício de 5% entre os níveis da carreira; d) unificação em uma só linha no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho; e) paridade e integralidade para os aposentados e de outras unidades da federação".

A nova tabela do Anteprojeto de Lei 419/2012, trará avanços salariais para as várias faixas da categoria, e fará parte integrante do Plano de Carreira do Pessoal técnico das instituições.

A majoração da remuneração do pessoal das IEES será um estímulo que conseqüentemente diminuirá a evasão de docentes e técnicos do sistema estadual de ensino superior.

A diminuição da evasão dos docentes e técnicos beneficiará sensivelmente o desenvolvimento científico e tecnológico, este anteprojeto promoverá a permanência do quadro atual e quando for necessário realizar reposições, esta será qualificada, haja vista, as condições salariais atraentes aqui propostas, assim, todo o sistema de ensino, pesquisa, extensão e cooperação técnico científica das universidades públicas paranaenses sofrerá um grande estímulo.

Assim, por estar em consonância com os todos os benefícios que esta medida trará em relação ao seu custo, concluímos pela aprovação do Anteprojeto de Lei nº 419/2012, majorando, dessa forma a remuneração de docentes e técnicos das IEES/PR.

É como opinamos

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.

Four handwritten signatures in blue ink, likely representing the members of the Commissions mentioned in the text. The signatures are stylized and vary in complexity, with the last one on the right appearing to have a large 'X' or similar mark.



DEPUTADO TERUO KATO

Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia



DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
Relator

